

O BRASIL DE FHC: ESTADO MÍNIMO, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Jorge Luiz Cunha Lima¹

RESUMO

A inserção do Brasil no cenário da globalização promoveu o acirramento das contradições da relação capital/trabalho local, onde a cidade é o lugar da modernização das estruturas político-econômicas e administrativas e da despolíticação de políticas públicas populares. Assim sendo, a economia capitalista moderna ordena o espaço político-administrativo que, por seu turno, tende a separar dos lugares aqueles-que-vivem-do-trabalho. A modernização econômica brasileira vem acompanhada de uma desapropriação dos brasileiros de seu lugar cidadão. Desse modo, não há surpresa em saber que as administrações técnicas governamentais (municipais, estaduais e federais) possuem mais interesse pelo capital e pouco pelos habitantes. Com a socioeconomia solidária, o trabalhador brasileiro investe no desenvolvimento da produtividade local, humanizando as relações de produção ao buscar superar a contradição da relação capital/trabalho. A rigor, essa nova relação de trabalho vem afirmando-se como forma de enfrentamento das demasiadas desigualdades de renda e riqueza na sociedade brasileira, causando uma maior eficiência na administração dos negócios e rendas favoráveis ao resgate da dignidade dos trabalhadores. Cumpre destacar que, no Brasil do ajuste, a socioeconomia solidária emerge e avança como estratégia de luta dos trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE

política brasileira; desigualdade socioeconômica; crise do emprego; trabalho assalariado; economia solidária e políticas públicas

A liberdade depende da participação na vida política que é o meio através do qual os indivíduos se constroem como cidadãos.

Jean-Jacques Rousseau

¹ Professor de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará e Professor de Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual Vale do Acaraú e Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará

De 1998 a 2002, o Brasil ainda encontrava-se governado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Esse seu segundo mandato no governo foi marcado pelo aprofundamento prático de *políticas neoliberais*^{*}, visando à abertura da economia brasileira ao mercado global. Isso significou a aplicação de políticas de desregulamentação do Estado brasileiro, cujas conseqüências limitaram-se às ondas de intensificação das privatizações de estatais, perpetuação do Estado Mínimo em intervenção econômica, aplicação de políticas deflacionárias e vulnerabilização do trabalho. Sendo assim, essas medidas neoliberais ampliaram a sensibilidade da economia brasileira em relação à instabilidade do câmbio e ao mercado internacional, pois o Brasil precisava manter o Plano Real forte e revelar-se como confiável aos investimentos de capital estrangeiro no país. A fim de reduzir os desequilíbrios de arrecadação de fundos monetários, o governo FHC incentivou o Banco Central do Brasil maximizar as taxas de juros anuais para 18%, com o intuito de também garantir a maior permanência de investimentos de capitais estrangeiros no país.

O cenário nacional de crise e reestruturação da economia afeta o mercado de trabalho acentuando a precarização das relações de trabalho assalariado, tornando uma exigência social desenvolver políticas públicas e projetos que apoiem as alternativas de sobrevivência das classes populares. A difusão de políticas governamentais e projetos não-governamentais voltados para a questão do trabalho, desde o que vem sendo chamado de setor popular da economia, ou das formas de “socioeconomia solidária”, vem definindo a cidadania e contemporaneidade de ações alternativas que se tornaram nacionalmente significativas.

Contudo, o Brasil precisava crescer e modernizar sua economia para concorrer significativamente no mercado internacional. Para tanto, a “política de incentivos fiscais” às filiais de multinacionais estrangeiras para captação de capitais, a “reforma tributária” na Constituição Federal e o “aumento das importações” foram algumas medidas entre outras que contribuíram para o desencadeamento da crise na balança comercial brasileira. Assim sendo, como o Brasil não conseguia equilibrar a expansão da taxa diferencial entre “exportação e importação”, o país entrou numa crise na sua balança comercial: as importações eram

* A partir dos anos de 1980 uma nova ortodoxia econômica assumiu o lugar do keynesianismo no mundo ocidental. Trata-se do que ficou conhecido como *neoliberalismo* por ser, de fato, o liberalismo econômico revisitado e adaptado aos tempos do capitalismo globalizado e da produção flexível (BRAVO e PEREIRA, 2002:35-36).

maiores que as exportações e, com efeito, determinou um forte desequilíbrio em sua dívida externa. Segundo Médici, as dificuldades da modernização da economia brasileira foram demasiadas e se relacionaram a vários fatores, entre os quais podem-se destacar:

... a defasagem tecnológica de seu parque produtivo em relação ao de outros países, o que inviabilizou a competitividade de suas produções no mercado; as deficiências de infra-estrutura, como nos setores dos transportes e portuário, elevaram os custos da produção interna; seus produtos tradicionais (siderúrgicos e agroindustriais) foram desvalorizados (em termos relativos) diante dos produtos importados, desenvolvidos por novos ramos industriais que usam tecnologia de ponta; as taxas de juros no Brasil são bem mais elevadas que as cobradas pelos países concorrentes nos mercados internacionais (MÉDICI, 1999:53).

Sem dúvida, um dos motivos que conduziram o Brasil a intensificar a captação de recursos financeiros externos sob forma de capitais especulativos foi a seqüência de saldos negativos na balança comercial. Apesar do processo de globalização ter fortalecido o sistema produtivo interno, o setor exportador brasileiro não conseguiu corrigir significativamente as distorções da dívida externa. Segundo Médici, isso aconteceu porque as filiais de multinacionais:

... direcionaram sua produção muito para o atendimento do mercado interno do que para o mercado externo, por considerarem o primeiro mais lucrativo; enviaram grande parte dos lucros para suas matrizes, aumentando o valor anual da saída de divisas; impuseram suas tecnologias de produção, o que aumentou a saída de divisas sob forma de royalties (Ibidem, 1999:56).

Esses fatos econômicos, adicionados às pesadas dívidas externas em relação aos antigos compromissos e acordos assumidos pelo Brasil, com as instituições econômicas internacionais (FMI/BM/BIRD), impuseram sua dependência aos capitais estrangeiros. Isso significou o desenvolvimento econômico brasileiro dependente do capital especulativo, sendo associado aos interesses político-econômicos e financeiros estrangeiros. Nesse contexto, José Luís Fiori avalia o aspecto perigoso dos desequilíbrios econômicos brasileiros:

... a evolução dos nossos desequilíbrios e a progressão quase geométrica das nossas dívidas, externa e interna, e do nosso desequilíbrio externo em particular, é certamente o problema mais preocupante, até porque ele gera uma espécie de círculo vicioso. Na medida em que essa progressão acontece, você tem que

aumentar os elementos de asseguramento e o problema aí vem da coisa mais perversa. Qual é a coisa mais perversa? É que de certa maneira os mesmos fatores que geram a estabilidade são os que geram a instabilidade. O problema é que os efeitos dessa estratégia de gestão deflacionária se manifesta também em outros planos, que são planos dificilmente reversíveis. São menos monetários e mais físicos (FIORI, 1997:202).

Nesse momento, José Luís Fiori evidencia que a modernização das indústrias (Setor Secundário) possibilitou o aumento das importações e aquisição de dívida frente aos bancos internacionais. Como o Brasil não possuía fundos suficientes para bancar o seu próprio desenvolvimento interno, as necessidades das estruturas físicas da economia nacional em modernizar-se e adquirir competitividade no mercado internacional maximizaram os níveis de desenvolvimento dependente e associado do país, em relação ao capital internacional, através de empréstimos vultuosos. Como efeito, crises estruturais ocorreram na economia nacional, porque o Brasil se adequava aos ditames do capital estrangeiro sob uma política neoliberal de aplicar essas mudanças estruturais em curto prazo, a fim de desregular o Estado.

Nesse contexto, a maior preocupação do governo FHC era que o capital estrangeiro desaparecesse, retirando seus investimentos fundamentais nos setores estratégicos da economia brasileira, aprofundando a crise e enfraquecendo a estabilidade do Plano Real. Sem dúvida, a estabilidade monetária do Real seria o grande referencial de confiança para o capital estrangeiro manter investimentos no país. Segundo Emir Sader (1999), a estabilização monetária brasileira do governo FHC permitiu a produção de vários fenômenos negativos emergentes, podendo ser assim descritos:

Ao fixar uma taxa de juros altíssima para atrair capitais externos, o governo estabeleceu, ao mesmo tempo, a taxa de juros que incidiria no pagamento de suas dívidas. Assim, (...) o estado, já responsabilizado pela inflação e outros males, por causa dessa dívida, ficou praticamente falido. Com o valor da moeda brasileira artificialmente alto em relação às moedas estrangeiras, a economia do país teve grande dificuldade para exportar seus produtos no exterior. Por isso, o Brasil (...) passou a mostrar déficits da mesma ordem e perder terreno no comércio mundial. Ao estabelecer taxas de juros altas, o governo tanto prejudicou a expansão da economia (...), como contribuiu para aumentar a inadimplência e as falências de empresas nacionais. Ao tomar a estabilidade monetária dependente de um grande excedente de

capitais externos, o governo passou a precisar de um grande volume de reservas (...). Essas reservas constituem recursos imobilizados, que não podem ser investidos em políticas sociais ou em créditos para a produção e consumo, ficando disponíveis apenas para a recompra de dólares no caso de saída abrupta de capitais especulativos do país (SADER, 1999:46).

A ausência de políticas públicas sociais reguladoras do desenvolvimento socioeconômico e a excessiva ampliação da concentração de renda no Brasil contribuíram também para o “acirramento do desemprego estrutural” no governo de FHC que, por sua vez, já vinha crescendo desde o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992). Nessa Era FHC, o Brasil viveu a pior crise do emprego em toda sua história. Segundo o IBGE (2002), as taxas anuais gerais de *desemprego aberto** no Brasil em 1998, 1999, 2000 e 2001 foram, respectivamente: 7,60%, 7,50%, 7,10% e 6,20%. Isso significou que o ano da passagem do primeiro para o segundo mandato de FHC (1998) foi o pior em nível de desemprego no país, devido ao aprofundamento das mudanças estruturais do Estado brasileiro ao se adequar às exigências rígidas das políticas neoliberais (FMI/BM/BIRD); e aos efeitos da inserção do país na globalização econômica.

Contudo, mesmo com a queda das taxas de desemprego nos anos seguintes, já no segundo mandato de FHC, o desemprego ainda manteve-se alto e alarmante. Ora, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), a causa do desemprego foi atribuída também ao sucesso da “estabilização monetária”, cujo efeito foi a “baixa expansão da ocupação”. Depois disso, a “política de câmbio fixo” do governo possibilitou o exercício de “juros elevados” por longo prazo, retraindo o crescimento da economia nacional. Já em seu segundo governo, como reflexo do primeiro, o desemprego estrutural foi mais corpóreo quando as causas limitaram-se também à “crise do câmbio fixo” e à “crise financeira internacional”, devido à “flexibilização da economia de mercado”, aumentando os custos sociais com o “desequilíbrio da estabilidade do real frente ao dólar”. Nesse sentido, alerta Ribamar Oliveira para outras possibilidades causais do desemprego brasileiro:

... a dimensão estrutural do desemprego no Brasil decorreria

* O conceito de desemprego aberto aqui utilizado refere-se àquelas pessoas que, na semana de referência da pesquisa, não exerciam qualquer atividade econômica, mas que estavam ativamente à busca de trabalho. A taxa de desemprego é medida pela proporção da População Economicamente Ativa (PEA) que está desocupada (buscando trabalho).

também do abandono do projeto de desenvolvimento, da crise econômica dos anos de 1980 e do processo abrupto de abertura comercial e de reestruturação empresarial em curso durante a década de 1990 (LAMOUNIER e FIGUEIREDO, 2002:102).

Sem dúvida, numa forma particular, a flexibilização da economia brasileira somente foi possível devido ao desenvolvimento econômico-histórico do país estar associado ao capital estrangeiro, aprofundando atualmente a institucionalização da dependência econômico-financeira brasileira em relação aos investimentos de capitais especulativos. Nesse sentido, avalia José Luís Fiori (1999) a postura política de FHC a respeito dessa irreversível situação brasileira:

É importante ter claro que FHC não traiu suas idéias. Primeiramente, ele assume que só tínhamos espaço de crescimento associado. Em segundo, que isso passava por uma internacionalização crescente dos nossos mercados. (...) Agora, o desenvolvimento segue associado no sentido lato, e há uma internacionalização e dependência ainda maior do nosso Estado e da nossa economia, mas a estratégia é completamente diferente: a economia é aberta, o Estado se retira do setor produtivo e as empresas nacionais ou quebram ou são internacionalizadas. (...) passamos a ser mais ainda dependentes do que antes dos humores da economia internacional (FIORI, op. cit., 1999:186-187).

Essa situação do desenvolvimento da economia brasileira estar associada e dependente do capital estrangeiro caracterizou a substituição do “Capitalismo Protegido” da Era Vargas pela a “Revolução Silenciosa” da Era FHC. Esta última significou um conjunto de transformações em curso, submersos, acima de tudo na economia brasileira, que substituiria a política desenvolvimentista nacional getulista por uma política neoliberal internacional de mercado. Sem dúvida, o Estado brasileiro abdica de sua postura de patrocinador do crescimento interno, mas não se anula em cumprir o papel de vitalizador dos interesses empresariais que não se movem a favor do desenvolvimento nacional.

Assim sendo, a política neoliberal de FHC aplicou os “planos de estabilização econômica” no Brasil. Com efeito, houve o desenvolvimento da ampliação dos índices de: centralização de capital, de concentração de riqueza privada brutal, de privatização, de desemprego, de vulnerabilização do trabalho no país. Isso tudo aliado à “desaceleração do crescimento” e ao “aumento exponencial da dívida pública”, reduzindo gastos com salários e com políticas sociais. Esse contexto brasileiro reflete o desencadeamento e o aprofundamento institucional de políti-

cas neoliberais da “instabilidade” e da “ingovernabilidade” na Era FHC. Nessa sentido, José Luís Fiori avalia a gênese desse processo globalizante da economia brasileira:

... a principal fonte de instabilidade e ingovernabilidade está concentrada nas decisões dos agentes econômicos responsáveis pelas decisões de investimento determinadas, em grande medida, pelas flutuações cambiais e monetárias produzidas pela política econômica das grandes potências. (...) Situação que ao prolongar-se no tempo só pode produzir na prática o surgimento de uma nova forma de autoritarismo fundado não mais nas “razões de estado”, mas agora nas “razões do mercado” (Ibidem, 1999:238-239).

Dessa forma, as “razões do mercado” nunca coincidirão com as “razões dos trabalhadores” em fortalecer os “direitos trabalhistas” nesse período de instabilidade e de ingovernabilidade do país. A flexibilização dos mercados de trabalho é um fenômeno capitalista que desarticula e enfraquece as organizações de cooperativas e sindicalistas dos trabalhadores, vulnerabilizando as relações de trabalho em prol da redução dos custos com direitos trabalhistas e sociais. Assim sendo, o desenvolvimento da “oligopolização do mercado” com a expansão da globalização econômica cria interesses divergentes entre consumidores e trabalhadores. Nesse momento, essa flexibilização amplia e fortalece o individualismo concorrencial entre trabalhadores sindicalizados e cooperados, cujos mais especializados, com experiência e menor faixa etária permanecem no mercado de trabalho. Nesse sentido, a “reprodução ampliada do capital” procura a maximização da competitividade e da rentabilidade de si mesmo. Dentro dessa óptica, José Luís Fiori avalia a reação dos trabalhadores frente à flexibilização e vulnerabilização do trabalho no Brasil:

Enquanto isso, (...), já agora, depois de uma década, vêm aumentando as resistências dos trabalhadores sindicalizados às novas tentativas para ampliar ainda mais a “flexibilização dos mercados de trabalho” e para “reduzir os custos dos sistemas de proteção social” em nome do aumento da competitividade e da rentabilidade do capital (Ibidem, 1999:81).

A rigor, esses efeitos da “flexibilização dos mercados de trabalho” no Brasil, aliados à modernização e reestruturação da economia nacional (Plano Real), liquidações de empresas nacionais menos competitivas e demissões massivas de brasileiros(as) promoveram o surgimento duma demasiada migração de trabalhadores(as)

especializados(as) desempregados(as) do Setor Secundário (Atividade Industrial) para o Setor Terciário (Setor de Serviços). Isso significou o crescimento duma participação exagerada de brasileiros(as) que atuam no “mercado informal” da economia brasileira. Sem demora, Ribamar Oliveira revela que:

O desemprego afetou fortemente o setor industrial. De acordo com o estudo ‘Emprego no Brasil: diagnóstico e políticas’, do Ministério do Trabalho, a maior geração de emprego ‘deslocou-se da atividade industrial, no anos 70, para o Setor de Serviços, nos anos 80 e 90’. Em 1996, o Setor Terciário abrigava 73,7% da ocupação não-agrícola e mais da metade da população ocupada do País, enquanto a indústria reduziu sua participação para 17,9%. De 1991 a 1997, o crescimento da ocupação concentrou-se nos serviços e no comércio e menos na construção civil, de acordo com o Ministério do Trabalho (LAMOUNIER e FIGUEIREDO, op. cit., 2002:103).

Sem dúvida, efeitos colaterais da “flexibilização do mercado de trabalho” e das “concentrações de renda e riqueza” redimensionaram a esfera econômica brasileira com a dilatação brutal da pobreza e o acirramento alarmante das desigualdades sociais. Segundo dados reunidos no Almanaque Abril (2001):

Em 1999, cerca de 57 milhões de brasileiros — o equivalente a 35% da população — vivem em condição de pobreza, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O estudo (...) do economista Marcelo Néri (...) mostra que a porcentagem de pobres diminuiu de 33% para 25% entre 1994 e 1996, mas volta a crescer a partir de 1997. Em 1998 alcança 27,5% dos brasileiros. O decréscimo é atribuído aos ganhos de renda das camadas mais pobres propiciados pela implantação do Plano Real, em 1994. Em 1997, no entanto, essas vantagens começam a se deteriorar em decorrência, principalmente, dos juros e da recessão. O Pnud publica, em 2000, estudo específico sobre a pobreza no Mundo. Segundo essa pesquisa, cerca de 15% dos brasileiros são extremamente pobres, pois dispõem de 1 dólar ao dia. O que mais chama a atenção no caso brasileiro é a persistência da pobreza (Almanaque Abril, 2001:112).

Assim sendo, a “vulnerabilização do trabalho” e as “desigualdades de renda e riqueza” acabaram piorando o índice de pobreza no Brasil, pois a “flexibilização das relações de trabalho” foi legalizada como Lei Federal pelas Elites Políticas. Isso significou uma legitimação nacional da institucionalização da pobreza e da naturalização das relações anta-

gônicas entre capital/trabalho através do Poder Legislativo, onde o capital com grande representatividade política se reproduz na esfera econômica, a fim de alcançar seus objetivos na “economia de mercado”. Nesse sentido, dados do Almanaque Abril (2001) afirmam que:

Também em 1998 são feitas outras importantes alterações na legislação trabalhista. O Senado aprova o projeto do governo que institui o contrato temporário por tempo determinado, com redução nos encargos pagos pelas empresas. Com o Plano Real, a reivindicação de reposição salarial, baseada nos índices de inflação, perde importância (Ibidem, 2001:110).

A rigor, a flexibilização do contrato de trabalho por tempo limitado legitima o desenvolvimento de formas precárias de emprego em todos os Estados da União — inclusive no Ceará —, onde há o incentivo à disseminação do trabalho informal sem o acompanhamento de direitos trabalhistas e garantias de trabalho com Carteira de Trabalho assinada. Com efeito, os trabalhadores trocam ininterruptamente de ocupação, impossibilitando sua organização em associações, sindicatos e cooperativas. Além do mais, essa desorganização da classe trabalhadora dificulta bastante a formação duma oposição às políticas governamentais, tornando esquálida a resistência dos movimentos sociais e associativos dos trabalhadores locais, regionais e nacionais contra a vulnerabilidade do trabalho no Brasil.

Sem demora, nesse contexto de crise do emprego assalariado brasileiro, os(as) trabalhadores(as) promovem alternativas de luta contra os ditames da relação antagônica entre capital/trabalho. Essas experiências que buscam a humanização das relações de trabalho são alternativas populares de combate à vulnerabilização do trabalho no Brasil. São diversas formas de cooperativas, de serviços, de crédito e de consumo, associações de produtores, empresas em regime de autogestão, “bancos comunitários”, organizações populares no campo e na cidade, que conformam em seu conjunto a chamada socioeconomia solidária. Ao mesmo tempo em que crescem iniciativas de organização dos trabalhadores(as), a fim de ampliar e melhorar o acesso aos recursos e às políticas públicas. Nesse contexto, alguns pesquisadores revelam suas preocupações sobre a importância de uma socioeconomia solidária, como uma alternativa de luta contra a exploração do homem na relação capital/trabalho. Nesse contexto, Paul Singer e Souza avaliam:

Duma maneira ou doutra, a construção da economia solidária tem sido (...) uma das principais formas de luta contra o

capitalismo, ao lado da ação combativa de sindicatos e partidos por direitos políticos e sociais (SINGER e SOUZA, 2000:15).

As experiências da socioeconomia solidária aparecem como alternativas de luta contra a crise nas relações de trabalho assalariado, pois o Brasil sente os efeitos da globalização da economia, possibilitando a manifestação concreta de “movimentos sociais” e “políticas públicas” em favor da humanização do trabalho. E que, desde a década de 90, se espalham em todo o país — Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará etc. —, à medida que se maximizam brutalmente o índice de desemprego e as transformações no mercado de trabalho assalariado, na própria organização econômica no Brasil, desencadeando um forte processo de expansão de novas formas de relação de trabalho (ANTUNES, 2002).

E dentro dessa conjuntura nacional, face ao momento de “vulnerabilização do trabalho”, algumas associações de moradores também adotaram a socioeconomia solidária como alternativa de reduzir significativamente as diferenças socioeconômicas entre os indivíduos, ao mesmo tempo em que possibilitam o desenvolvimento microeconômico local. Sem dúvida, é uma luta contra os ditames político-ideológicos do neoliberalismo. Nesse sentido, Francisco de Oliveira avalia os objetivos do poder neoliberal no Brasil:

... a destruição da esperança e a destruição das organizações sindicais, populares e de movimentos sociais que tiveram a capacidade de dar uma resposta à ideologia neoliberal no Brasil (SADER e GENTILE, 1995:28).

Apesar das investidas ideológicas do neoliberalismo na sociedade brasileira, as organizações populares e os movimentos sociais ainda são importantes para o desenvolvimento de uma consciência crítica transformadora de sua própria realidade antagônica.

Atualmente, a práxis da socioeconomia solidária está presente como movimento amplo e generalizado no chamado Terceiro Setor, cuja importância cresce dia-a-dia. O termo Terceiro Setor, em suma, é utilizado referindo-se a uma realidade mais ampla que incorpora a economia popular solidária, a economia social e a autogestão. O Terceiro Setor é uma área da economia brasileira onde também se enquadram entidades sem fins lucrativos e não-governamentais (ONG's), voltadas à produção de bens e serviços públicos, onde os recursos financeiros advêm, em sua maior parte, de doações sociais, sendo mínima a parti-

cipação do Estado brasileiro e do Setor Privado da economia nacional.

Além do mais, as entidades não-governamentais contribuem para a elaboração das políticas públicas e à descentralização da economia. As associações, sindicatos e cooperativas também participam do Terceiro Setor, pois são entidades que se organizam em função de sua atividade e buscam defender os interesses comuns de seus componentes filiados. Portanto, no Primeiro Setor e no Segundo Setor constam, respectivamente, o Estado e a iniciativa privada em geral.*

De fato, todos vivenciam nos circuitos de ajuste brasileiro a instituição do modelo de acumulação flexível: o capital adquire uma grande mobilidade, concentra-se e reorganiza/desorganiza o mundo do trabalho, com mudanças substantivas na produção, onde um grande segmento da população trabalhadora é excluído do mercado de trabalho; surgem formas descentralizadas de organização da produção; a vida dos(as) trabalhadores(as) na sociedade passa a ser regulada por contratos temporários de prestação de serviços; desmontam-se direitos trabalhistas. Enfim, no cenário brasileiro atual, verifica-se o intenso processo de flexibilização do mercado de trabalho. Como conseqüência, a moderna organização da produção em redes de empresas interligadas cria novas formas de conflito entre o capital e o trabalho.

A nova estrutura do mercado de trabalho no contexto dessa acumulação flexível começa a ser formada, então, por três grandes categorias de trabalhadores(as): 1) um núcleo de trabalhadores(as) no mercado formal articulado a 2) um grupo de trabalhadores(as) autônomos e 3) um grande grupo periférico de subcontratados(as). Neste contexto desfavorável aos interesses dos(as) trabalhadores(as), os(as) desempregados(as) se organizaram na forma de cooperativas e associações, como estratégia para enfrentar a desorganização do mundo do trabalho pelo capital globalizado. A socioeconomia solidária constituiu-se, portanto, como uma das alternativas mais viáveis na luta contra os ditames dessa relação capital/trabalho.

Com a socioeconomia solidária, o trabalhador brasileiro investe no desenvolvimento da produtividade local, humanizando as relações de produção ao buscar superar a contradição da relação capital/trabalho. A rigor, essa nova relação de trabalho vem afirmando-se como forma

* Essa demarcação sobre os setores da economia brasileira proveio das informações do Almanaque Abril – 2001.

de enfrentamento das demasiadas desigualdades de renda e riqueza na sociedade brasileira, causando uma maior eficiência na administração dos negócios e rendas favoráveis ao resgate da dignidade dos(as) trabalhador(as). Cumpre destacar que, no Brasil do ajuste, a socioeconomia solidária emerge e avança como estratégia de luta dos trabalhadores(as). Entendemos que para garantir a sua instituição faz-se necessária a regulamentação de suas metas de humanização das relações de trabalho, através de uma legislação forte e comprometida com a classe trabalhadora, possibilitando a participação dos(as) trabalhadores(as) na associação e na cooperativa. Assim, a socioeconomia solidária luta para que a democracia seja realmente estabelecida nas relações de trabalho, como uma alternativa de manter os trabalhadores(as) livres da alienação do capital.

Portanto, a inserção do Brasil no cenário da globalização promoveu o acirramento das contradições da relação capital/trabalho local, onde a cidade é o lugar da modernização das estruturas político-econômicas e administrativas e da despolitização de políticas públicas populares. Assim sendo, a economia capitalista moderna ordena o espaço político-administrativo que, por seu turno, tende a separar dos lugares aqueles-que-vivem-do-trabalho. A modernização econômica brasileira vem acompanhada de uma desapropriação dos brasileiros de seu lugar cidadão. Desse modo, não há surpresa em saber que as administrações técnicas governamentais (municipais, estaduais e federais) possuem mais interesse pelo capital e pouco pelos habitantes.

ABSTRACT

The insertion of Brazil in the scene of the globalization promoted the acirramento of the contradictions of the local relation capital/work, where the city is the place of the modernization of the politician-economic and administrative structures and the unpolitization of popular public politics. Thus being, the modern capitalist economy commands the politician-administrative space that, for its turn, tends to separate of the places that one-that-live-do-work. The Brazilian economic modernization comes folloied of a dispossession of the Brazilians of its place city dweller. In this way, it does not have surprise in knowing that the administrations governmental techniques (municipal, state and federal) little possess more interest for the capital and for the inhabitants. With the solidary economy, the Brazilian worker invests in the development of the local productivity, democratizing the relations of production when searching to surpass the contradiction of the relation capital/work. The severity, this new relation of work comes affirming itself as form of confrontation of the exaggerated inequalities of income and

Lima, Jorge L. Cunha. *O Brasil de FHC: estado mínimo, precarização do trabalho assalariado e...*

wealth in the Brazilian society, causing a bigger efficiency in the administration of the businesses and incomes favorable to the rescue of the dignity of the workers. It fulfills to detach that, in Brazil of the adjustment, the solidary economy emerges and advances as strategy of fight of the workers.

KEY WORDS

Brazilian politics; social and economical inequality; crisis of the job; wage-earning work; solidary economy and public politics

REFERÊNCIAS

- Almanaque Abril – **Brasil & Mundo**. São Paulo: Abril, 2001.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Campinas (SP): Cortez, 2002.
- BRAVO, M^a Inês Souza e PEREIRA, Potyara A. (Orgs.). **Política social e democracia**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- LAMOUNIER, Bolívar & FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.) [Et al.]. **A Era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.
- MÉDICI, Miriam de Cássia & ALMEIDA, Miriam Lino de. **Geografia: a globalização econômica**. São Paulo: Nova Geração, 1999. (Coleção Nova Geração - módulo 2).
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. Vol. 1-2.
- SADER, Emir e GENTILE, Pablo (Orgs.) [Et al.]. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. 3. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____. **Que Brasil é este? Dilemas nacionais no século XXI**. São Paulo: Atual, 1999. (Coleção História Viva)
- SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.